



Banco Mundial projeta expansão de 2% para a América Latina e Caribe

Ministério Público de SP pede informações sobre falha na Linha 9

Página 2

STF dá seis meses para União elaborar plano contra crise carcerária

Página 6

Prefeitura promove Avança Saúde – Mulher a partir deste sábado

A Prefeitura dá início, neste sábado (7), ao Avança Saúde – Mulher. A ação, que será realizada das 8h às 17h nas 470 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da cidade, é voltada para as mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) da capital e, além de intensificar o acesso às consultas médicas, de enfermagem e orientações sobre métodos contraceptivos, contará com vacinação, realização de exames preventivos, como o Papanicolau, e agendamentos para outras análises, de acordo com a necessidade.

O objetivo dessa edição do Avança Saúde – Mulher também tem o objetivo de diagnosticar e monitorar a população acima do peso, assim como reforçar a necessidade do cuidado integral em saúde, bem como os benefícios da alimentação saudável e das atividades físicas na prevenção e no controle das doenças.

Os atendimentos ocorrerão em formato de estações, com acolhimento e consulta com equipe médica e de enfermagem, avaliação do índice de massa corporal (IMC), estratificação de risco cardiovascular, solicitações de mamografia, testes rápidos para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), intensificação de vacinação e orientação nutricional e farmacêutica. Consultas odontológicas, métodos contraceptivos, representatividade LGBTQIA+, programa Território Inclusivo (voltado para pessoas com deficiência e seus cuidadores), discussões relativas à atividade física, saúde sexual e reprodutiva e prevenção à violência integram a grade de cuidados.

A campanha atenderá mulheres cisgênero, travestis e transexuais. A linha de cuidado da rede municipal contempla consultas, exames preventivos e encaminhamentos para biópsias de mama, mastologista, diagnóstico de câncer e tratamento oncológico.

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,15
Venda:	5,15
Turismo	
Compra:	5,27
Venda:	5,35
EURO	
Compra:	5,41
Venda:	5,41

Alckmin anuncia medidas para enfrentar seca na Amazônia



Foto:Caio Gomes VPR

Página 6

Esporte

Bruno Varela vence Rally Rota SC e diminui diferença em relação ao líder

Com duas especiais de 122,5km, o Rally Rota Santa Catarina 2023 foi disputado neste final de semana, valendo pela quinta etapa do Campeonato Brasileiro de Rally Baja. Ao todo, na soma dos dois dias de corrida, foram percorridos 245km em um trajeto que mesclou diversos tipos de piso, incluindo as montanhas da região e a incidência de neblina e chuva. Na soma dos tempos, a vitória na classificação geral ficou com Bruno Varela, da equipe Varela Can-Am Monster Energy.

Com a missão de diminuir a diferença em relação ao líder Lucas Moraes (MEM Motorsports), Bruno Varela teve um bom fim de semana em Rio Rufino pilotando seu Can-Am Maverick X3. O vencedor fechou o Rally Rota SC com o tempo total de 3h40min38s860, abrindo 29 segundos de vantagem

para Kaique Bentivoglio (Polaris One), que terminou em segundo lugar.

Liderança na OverPro – O tricampeão mundial de rally Reinaldo Varela venceu as duas especiais do fim de semana na classe OverPro e, com isso, consolidou a liderança naquela divisão, tendo Marcus Cotton (Cotton Racing) no segundo lugar. O tempo total de Reinaldo no Rally Rota SC foi de 3h47min20s870, o que lhe garantiu o sétimo lugar na classificação geral da etapa pelo Brasileiro de Baja.

“Ganhamos na OverPro e fui sétimo no geral, num fim de semana muito bom para a equipe. Largamos muito cedo e foi uma prova muito rápida. Enfrentamos muita neblina e muito barro por conta da chuva, mas ainda assim conseguimos bons resultados e abri uma boa vantagem para o segundo colocado na minha categoria”, comentou o líder da UTV OverPro.



Foto:Divulgação

Bruno Varela foi o vencedor da quinta etapa do Brasileiro de Baja

O terceiro piloto da Varela Can-Am Monster Energy também registrou um bom ritmo e garantiu presença o pódio, que nos rallies reúne os cinco primeiros colocados. Gabriel Varela encerrou a prova com o quarto melhor tempo da geral, cravando 3h42min29s090.

“Conseguí impor um bom rit-

mo e terminei em terceiro na minha categoria, quarto no geral. Nos saímos bem nos trechos com presença de chuva e também não tivemos problemas nos trechos de pedra. Fizemos bons pontos e agora é partir para a próxima corrida. Parabéns a equipe pela vitória na geral, muito importante para nós”,

disse Gabriel.

A próxima etapa do Brasileiro de Baja será em Lençóis Paulista (SP) nos dias 21 e 22 de outubro. Classificação final do Rally Rota Santa Catarina 2023 (Top-10):

1º Bruno Varela / Varela Can-Am Monster Energy – 3h41min17s860; 2º Kaique Bentivoglio / Polaris One, a 29s770; 3º Guilherme Machado Cysne / PEAK Motorsport, a 1min0s930; 4º Gabriel Varela / Varela Can-Am Monster Energy, a 1min50s230; 5º Pedro Mac Dowell/Daniel Spolidoro / Q.I. Tech, a 3min19s430; 6º Tiago do Nascimento/Gunnar Dums / Bompac Racing, a 5min52s280; 7º Reinaldo Varela / Varela Can-Am Monster Racing, a 6min42s010; 8º Matheus Hort / Irmãos Hort, a 7min24s440; 9º Leander Kasimirski / Kaiani, a 7min36s150; 10º David Nilson Pereira / P-TCOM, a 7min59s110.

Etapa internacional: maior categoria brasileira é atração na Argentina

Em um aguardado retorno à capital argentina, a Stock Car Pro Series cruzará a fronteira para a disputa da nona etapa de uma empolgante temporada 2023. Depois de seis anos, a principal categoria do automobilismo brasileiro será atração em Buenos Aires, com direito a desfile dos pilotos pelas ruas da capital argentina em ônibus aberto na quinta-feira, a partir das 15h30. Os competidores brasileiros estarão acompanhados também

pelos pilotos da TC2000, categoria que fará parte do evento marcado para o próximo domingo (8), com transmissão pela Band, Sportv e Bandsports ao vivo, além de outras plataformas (veja abaixo).

A prova vai acontecer no Autódromo Oscar y Juan Galvez, inaugurado em março de 1952 e palco de 20 GPs válidos pelo Mundial de Fórmula 1. O Grand Prix Buenos Aires da Stock Car compõe um fim de semana de muita festa e velocidade junta-

mente com a disputa de uma prova especial da TC2000, os 200 Km de Buenos Aires.

Esta será a quinta viagem da Stock Car à Argentina. A categoria já correu em Buenos Aires em 2005 (vitória de Giuliano Losacco), 2006 (Ingo Hoffmann) e 2007 (Cacá Bueno). Depois, voltou à terra do tango em 2017 para uma rodada dupla, com vitórias de Felipe Fraga e Rubens Barrichello.

Dentro dos vários layouts oferecidos pelo circuito, a Stock Car utilizará o número oito,

com 3.380 metros, dez curvas e percorrido no sentido horário. A pista tem um primeiro setor mais lento, que precede dois trechos bastante rápidos, separados por um curvão.

Liderança — A Stock Car chega à Argentina liderada por Gabriel Casagrande, que soma 217 pontos. A seguir na tabela aparecem Rubens Barrichello (195), Ricardo Zonta (194), Daniel Serra (190), Thiago Camilo (180) e Rafael Suzuki (175). A largada da nona etapa da Stock

Car está marcada para 10h45 (horário de Brasília).

Além de Band, Sportv e Bandsports, as provas da categoria são transmitidas ao vivo pelos canais oficiais da categoria no YouTube, Facebook e TikTok, Canal GB, do narrador Galvão Bueno (YouTube), Motorsport.tv (atingindo mais de 150 países em cinco idiomas diferentes a cada etapa) Tribo do Gaules (Twitch) e a plataforma YouCast (para 100% dos clientes Americanet).

Ministério Público pede informações sobre falha na Linha 9

SP Mulher define prazo final para conclusão do curso protocolo Não se Cale

A Secretaria de Políticas para a Mulher do Governo de SP publicou na terça-feira (3) a Resolução nº 5/2023 que estabelece os prazos para a realização do curso de capacitação aos profissionais de bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos dentro do protocolo Não se Cale. O documento estipula que para a primeira capacitação o prazo se inicia hoje e se estende até o 1º trimestre de 2024.

O curso de capacitação oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo de forma virtual, gratuita, conforme calendário estipulado de acordo com os segmentos tem três prazos distintos conforme as turmas. Primeira turma, com bares, casas noturnas, boates e atividades similares, prazo de 90 dias. A segunda turma, com restaurantes e atividades similares, prazo de 120 dias. Na terceira turma, a ser aberta em breve, estabelecimentos anteriores

e demais casas ou local de eventos, casas de espetáculos, empresas organizadoras de eventos e atividades similares, além de profissionais da segurança, saúde, assistência social e transporte urbano, prazo de 150 dias.

As diretrizes complementam a Lei 17.635, de 17 de fevereiro de 2023 e o Decreto 67.856, de 1 de agosto de 2023. Até o momento, 14,5 mil já se inscreveram nas primeiras turmas abertas para adaptação e mobilização do setor.

Além dos prazos para o curso de capacitação, o estabelecimento deverá colocar em local visível o cartaz com informações sobre o protocolo Não se Cale, com QR Code. Se preferir, o estabelecimento pode adotar o cartaz eletrônico. Tudo conforme as normas estipuladas na resolução disponível no site: www.mulher.sp.gov.br/naosecale.

A promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital solicitou, na quarta-feira (4), informações à Via Mobilidade e à Comissão de Monitoramento de Concessões Permissões e à Secretaria de Parcerias em Investimento do estado de São Paulo para saber se a falha de terça-feira, (3) na Linha 9 (Esmeralda) foi da concessionária ou foi sabotagem.

Também será enviado um ofício ao delegado de Polícia Pablo Baccin, que está investigando o suposto crime doloso de perigo de desastre ferroviário.

A Linha de trem 9, operada pela concessionária Via Mobilidade, apresentou uma pane elétrica na terça-feira, por volta das 14h. Quem estava nos vagões da Linha 9, precisou caminhar pelos trilhos. O problema ocorreu justamente no dia em que nove linhas do Metrô e da CPTM paralisaram as atividades, em um protesto contra a privatização dos serviços pelo governo estadual. Até o momento a falha não foi reparada e a linha segue causando transtornos aos usuários.

Segundo assessoria de imprensa da Via Mobilidade, foram

acionados 70 ônibus do Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência (Paese) para atender os passageiros. A concessionária destacou, em nota, que o “trabalho de manutenção envolve cinco frentes de trabalho formadas por cerca de 70 colaboradores, que priorizam a solução do problema para que a linha possa operar normalmente o quanto antes”.

Na Estação Pinheiros, zona oeste da capital, o problema na Linha 9 continuava depois das 19h e a fila para pegar o ônibus deu a volta no quarteirão.

A falha ocorreu depois de o governador Tarcísio de Freitas criticar a greve e exaltar as privatizações. “O que está disponível para o cidadão? Linha 4, que está com a iniciativa privatizada, a Linha 5, a Linha 8, a Linha 9, que está com a iniciativa privada. O protesto é contra a privatização”, ironizou.

Desde que a Linha 9 passou a ser administrada pela Via Mobilidade, foram registradas, em média, três vezes mais problemas do que quando era operada pela estatal, a CPTM. (Agência Brasil)

9ª edição do Cosud, consórcio de Estados do Sul e Sudeste, ocorre neste mês em SP

O Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), realizado desde 2019, chega ao seu 9º encontro, desta vez na cidade de São Paulo. O evento é voltado para governadores, vices, secretários e gestores públicos dos Estados do Sul e Sudeste.

“O Cosud é uma oportunidade para promover um diálogo construtivo sobre políticas públicas e trabalhar em uma agenda conjunta que propicie um

ambiente favorável ao crescimento econômico, resultando na geração de empregos e no aumento de renda para a população”, destaca o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Os debates sobre ações para fortalecer a cooperação entre os Governos e sobre políticas públicas de interesse comum dos estados ocorrerão de 19 a 21 de outubro, em prédios históricos localizados no centro na cidade – que abri-

gam equipamentos culturais – e no próprio Palácio dos Bandeirantes.

A abertura e o encerramento, quando ocorrerá a leitura da Carta São Paulo, contarão com a presença dos governadores e autoridades. O restante da programação prevê a realização de 16 Grupos Temáticos (GTs) com os gestores estaduais, que ocorrem simultaneamente. Dois painéis dos GTs – de Segurança Pública e de Meio Am-

biente – contarão, também, com a participação dos governadores. Haverá, ainda, diversas atividades culturais e gastronômicas.

Mais informações e inscrições para as equipes de governos no site: <https://www.cosud.sp.gov.br/>. Os interessados devem se inscrever primeiro no site acima e, já com sua inscrição confirmada no e-mail, poderão baixar e acessar o APP do Cosud em seu celular.

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Quantos anos tinha e o que fazia o atual vereador-presidente Milton Leite (União) no dia 5 outubro 1988, quando foi promulgada a Constituição que hoje completa 35 anos ?

PREFEITURA (São Paulo)

Quantos anos tinha e o que fazia o prefeito Ricardo Nunes (MDB) no dia 5 outubro 1988, quando foi promulgada a Constituição que hoje completa 35 anos ?

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Quantos anos tinha e o que fazia o deputado-presidente André Prado (PL) no dia 5 outubro 1988, quando foi promulgada a Constituição que hoje completa 35 anos ?

GOVERNO (São Paulo)

Quantos anos tinha e o que fazia o governador Tarcísio Freitas (Republicanos) no dia 5 outubro 1988, quando foi promulgada a Constituição que hoje completa 35 anos ?

CONGRESSO (Brasil)

Quantos anos tinha e o que fazia o senador-presidente Rodrigo Pacheco (PSD Minas Gerais) no dia 5 outubro 1988, quando foi promulgada a Constituição que hoje completa 35 anos ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Quantos anos tinha e o que fazia o presidente Lula da Silva (PT São Paulo) no dia 5 outubro 1988, que não aprovou o texto final quando foi promulgada a Constituição que hoje completa 35 anos ?

PARTIDOS (Brasil)

Quantos anos tinha e o que fazia o dono do Partido Liberal [ex-deputado federal (SP) Costa Neto] no dia 5 outubro 1988, quando foi promulgada a Constituição que hoje completa 35 anos ?

JUSTIÇAS (Brasil)

Quantos anos tinha e o que fazia o agora ‘ministro do Lula’ (Supremo Tribunal Federal) Cristiano Zanin no dia 5 outubro 1988, quando foi promulgada a Constituição que hoje completa 35 anos ?

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - cesarneto.com - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP), por ter se tornado “referência das liberdades possíveis”

cesar@cesarneto.com

Butantan descobre molécula com potencial para combater bactérias resistentes

Uma molécula identificada e sintetizada por pesquisadores do Instituto Butantan, batizada de Doderlina, apresentou atividade antimicrobiana contra diferentes bactérias e fungos, segundo estudo publicado na revista *Research in Microbiology*. Extraído da *Lactobacillus acidophilus*, uma bactéria que habita a microbiota humana, o composto não é tóxico e tem potencial para se tornar um novo antibiótico no futuro e ajudar a combater infecções resistentes.

A resistência antimicrobiana é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma das 10 maiores ameaças à saúde pública, e tem como principal causa o uso indiscriminado de antibióticos. Com 1,2 milhão de mortes causadas por bactérias resistentes a cada ano, e quase 5 milhões de óbitos indiretamente associados, a entidade estima que o problema pode custar US\$ 100 trilhões à economia global até 2050, e destaca que é preciso ampliar o desenvolvimento de novos antibióticos o quanto antes.

Em testes em laboratório, o novo composto desenvolvido no Butantan combateu bactérias que já foram amplamente relacionadas como microrganismos multirresistentes, como a *Escherichia coli* e a *Pseudomonas aeruginosa*. A primeira está associada ao trato gastrointestinal e urinário e à meningite neonatal, e a segunda pode causar infecções pulmonares e gastrointestinais.

A Doderlina se mostrou eficaz, inclusive, contra o fungo *Candida albicans*, causador da candidíase e conhecido pela capacidade de provocar infecções recorrentes. A infecção por *Candida* é uma das mais comuns em pessoas imunossuprimidas, e algumas cepas têm apresentado resistência contra o antifúngico padrão.

A hipótese dos pesquisadores é que a molécula poderia ser utilizada tanto na indústria farmacêutica, para o desenvolvimento de medicamentos, como na indústria alimentícia, para evitar contaminação e tratar animais infectados.

“Os peptídeos antimicrobianos são compostos sintetizados por todas as formas de vida, com o objetivo de se proteger de ameaças e aumentar sua competitividade para sobreviver em um ambiente específico”, explica o pesquisador Pedro Ismael da Sil-

va Junior. Ele coordenou o estudo, conduzido no Laboratório de Toxinologia Aplicada do Instituto Butantan como objeto do mestrado em Biotecnologia da estudante Bruna Souza da Silva.

Para que a pesquisa avance, a equipe busca parcerias para desenvolver testes em animais e, em caso de resultados positivos, chegar à etapa dos testes clínicos. Mas o cientista ressalta que existe um longo caminho, de anos, para que um potencial medicamento possa sair da bancada e ser disponibilizado no mercado.

Com ampla experiência em caracterização, purificação e síntese de moléculas, o grupo de pesquisa do Laboratório de Toxinologia Aplicada já identificou diversos compostos com atividade antimicrobiana, provenientes não só de bactérias, mas de veneno e sangue de animais peçonhentos, como aranhas e escorpiões, e também de plantas. Um exemplo é a Mygalina, extraída da aranha *Acanthoscurria gomesiana*, que demonstrou efeito neuroprotetor em animais, reduzindo a dor neuropática e comportamentos antidepressivos.

“A ideia por trás disso é que, se esses organismos vivem na Terra há milhões de anos, e mudaram muito pouco ao longo do tempo, eles têm alguma característica que os defende, que os protege. Então nós partimos dessa premissa para buscar novos compostos terapêuticos”, diz o cientista.

Aperfeiçoando a molécula

Uma vez identificado um composto com propriedade antimicrobiana, o trabalho não para por aí. Segundo o pesquisador Pedro Ismael, outra etapa é analisar quais partes da sequência da molécula são mais relevantes para que a ação terapêutica aconteça. Para isso, seu aluno de doutorado Elias Jorge Muniz está fragmentando a Doderlina, sintetizando e avaliando a atividade e a toxicidade desses fragmentos separadamente.

O objetivo é deixar a molécula menor e, consequentemente, mais barata, mais eficaz e mais segura. “Quanto mais aminoácidos tem a molécula [ou seja, quanto maior ela é], maior o risco de ela provocar uma resposta de anticorpos, uma reação do sistema imune”, aponta Pedro.

Desenvolve SP busca democratizar o acesso ao crédito e impulsionar empreendedorismo

O Dia do Empreendedor é comemorado nesta quinta-feira (5) no Brasil. E a Desenvolve SP, agência de fomento vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) do Governo de São Paulo, busca democratizar o acesso ao crédito às micro, pequenas e médias empresas paulistas.

Durante o mês de outubro contaremos algumas histórias de sucesso com as quais a instituição contribuiu.

Ao longo de 14 anos, a Desenvolve SP tem reforçado seu papel de impulsionar os negócios. De janeiro a agosto foram 1.128 operações (82,9%) para o setor privado, montante que representa volume superior a R\$ 333,8 milhões desembolsados, representando 59,4% do volume operado pela instituição financeira de crédito.

Segundo levantamento do Sebrae-SP, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), dos 320 mil novos postos de trabalho abertos no estado neste ano, mais de 217 mil fo-

ram vagas em micro ou pequenas empresas.

“Os números reforçam a importância da democratização do acesso ao crédito e da necessidade de haver um olhar especial para esses empreendedores, que nem sempre acessam as instituições tradicionais”, pontua o diretor-presidente da Desenvolve SP, Ricardo Brito.

As condições e taxas oferecidas pela Desenvolve SP ajudaram a tornar realidade um antigo sonho dos proprietários da Aditek, uma das principais fabricantes de produtos ortodônticos do mundo, com sede em Cravinhos, na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Com financiamento da agência de fomento paulista, no mês passado, a empresa inaugurou sua nova fábrica, com 7 mil m2 de área total.

Além disso, o crédito permitiu adquirir novos equipamentos, triplicar o número de colaboradores e manter a média de crescimento em 50% no pós-pandemia. “

A meta, agora, é dobrar o faturamento em 2024”, diz Eduardo Lopes, CEO da Aditek.

“A nova fábrica era essencial em nosso projeto de expansão. Precisávamos de mais espaço para reunir todos os colaboradores num único local, mais moderno e funcional, pois estamos crescendo. Nossas equipes ficavam distribuídas em três prédios separados, com 5 mil m2 ao todo, o que atrapalhava a integração e a produtividade dos funcionários”, revelou o CEO.

Para esta nova fase da empresa, foram utilizadas três diferentes linhas de crédito: Inovacred, Financiamento ao Investimento Paulista (FIP) e BNDES Automático. “Os financiamentos da Desenvolve SP foram fundamentais para que continuássemos nossa trajetória. Crescemos, passamos de 100 para 300 empregados e geramos renda na região. Queremos ajudar a democratizar o uso de alinhadores ortodônticos, pois este produto ainda não é tão difundido no Brasil”, completou Lopes.

Desenvolvimento dos setores privado e público

A Desenvolve SP é a agência

de fomento do Governo de São Paulo que promove o crescimento de micro, pequenas e médias empresas e de municípios paulistas. Por meio de linhas de crédito, financia o desenvolvimento sustentável de negócios e projetos inovadores que melhoraram a mobilidade e a qualidade de vida da população, impulsionam a economia e o desenvolvimento regional, gerando empregos e renda nas cidades.

Em seus 14 anos de existência, a agência acumulou desembolso superior a R\$ 6,6 bilhões, com mais de 18 mil operações realizadas.

Em todo o estado de SP, nos dois primeiros quadrimestres deste ano, a Desenvolve SP registrou seu melhor resultado no período pós-pandemia. Entre janeiro e agosto foram R\$ 561,2 milhões liberados a agentes públicos e a micro, pequenos e médios empreendedores, montante 28,3% maior que os R\$ 437,4 milhões registrados do mesmo período do ano passado e 20,6% superior aos R\$ 465,3 milhões obtidos em 2021.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Uso de aplicativo de transporte revela desigualdade econômica

O uso de aplicativos de transporte aumenta o acesso ao trabalho e a serviços públicos, mas revela também a desigualdade econômica entre as classes sociais. A conclusão é de um estudo divulgado na quarta-feira (4) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Rio de Janeiro.

O levantamento analisou dados de 152 milhões de viagens realizadas na cidade do Rio de Janeiro entre 8 de março e 20 de dezembro de 2019. Os dados foram obtidos por meio de uma cooperação técnica com a Uber, uma das principais operadoras de aplicativos de transporte do país.

“O principal resultado que a gente encontra é que os serviços de mobilidade por aplicativo têm um grande potencial para aumentar o acesso da população ao emprego e outros tipos de atividades econômicas e serviços públicos”, disse à Agência Brasil Rafael Moraes Pereira, da Coordenação Geral de Ciência de Dados e Tecnologia da Informação do Ipea e um dos autores da pesquisa.

O levantamento analisou tanto o uso exclusivo do serviço de

aplicativo quanto a utilização combinada, isto é, sendo a corrida de Uber um complemento do sistema de transporte público, composto por ônibus, trem e metrô.

O Ipea identificou que viagens curtas de aplicativo são capazes de fornecer níveis de acessibilidade muito mais altos que viagens de mesma duração realizadas por transporte público, devido ao menor tempo de espera pelo carro e maior velocidades média de deslocamento. Por exemplo, considerando uma viagem de 30 minutos e custo de até R\$ 24, a acessibilidade média por carro de aplicativo é até sete vezes maior do que por transporte público.

Já considerando uma viagem de 60 minutos de Uber complementada por transporte público, a acessibilidade média de emprego aumenta 61%, quando a conta da viagem custa R\$ 18. Já uma viagem mais cara, R\$ 24, incrementa o acesso em 75%, aponta a pesquisa.

A constatação de que viagens mais longas permitem mais acesso a oportunidades de emprego se transformam em um indicador de desigualdade soci-

al, pois quanto maior a distância percorrida, mais alto fica o preço do trecho realizado com o carro de aplicativo.

“Essa questão financeira é a principal barreira para que o serviço de mobilidade por aplicativo beneficie também as pessoas de baixa em média renda”, avalia o pesquisador do Ipea.

Apesar de os dados que alimentaram o estudo serem de 2019, Rafael Pereira projeta que alguns comportamentos identificados na pesquisa têm a tendência de manutenção nos anos seguintes.

“Tem coisas que não mudam: os padrões de viagens e a barreira financeira de não dar conta de pagar o curso da viagem que são um impeditivo importante”.

Ele afirma que o teletrabalho, que ganhou relevância durante a pandemia, sempre foi muito restrito a pequenos grupos da população.

Pereira acrescenta que, antes mesmo de terem dificuldade para pagar uma viagem de Uber, os moradores entre os 40% mais pobres do Rio de Janeiro enfrentam barreiras para custear o próprio transporte público.

Situação que, acredita o pesquisador, é semelhante em outras cidades do país.

“Com uma tarifa de ônibus que custa de R\$ 4 a R\$ 6, dependendo da cidade onde você está no Brasil, você ter que ir e voltar para o trabalho durante 22 dias úteis do mês. Isso tem um peso no orçamento familiar muito grande para as pessoas de baixa renda. Essa barreira financeira exclui as pessoas de usar o sistema de transporte público, de acessar oportunidade”.

Para o pesquisador, não existe uma solução única que consiga resolver os problemas relacionados à mobilidade. Entre os caminhos, ele aponta, estão a maior integração dos sistemas de transporte público e subsídio do poder público. Na visão dele, o modelo de financiamento exclusivamente com as receitas das tarifas pagas pelos passageiros não é sustentável economicamente em quase todas as cidades brasileiras.

“O sistema de transporte público beneficia toda a população das cidades, retira as pessoas dos carros, que geram mais congestionamento e poluição. Tem que receber subsídio, e isso pre-

cisa ser pago via impostos, via a sociedade como um todo, via cobrança de estacionamento para os automóveis nas áreas congestionadas, multas de trânsito”, sugere.

O pesquisador do Ipea defende ainda que as cidades desenvolvam centros comerciais em áreas periféricas, por exemplo, próximo a estações de trem. Isso permitiria que oportunidades de empregos surgissem em regiões mais afastadas.

O gerente de políticas públicas da Uber, Pedro Santos, participou da divulgação do estudo. Ele disse o compartilhamento de dados sobre a empresa é uma forma de colaborar com políticas públicas de mobilidade. Santos acrescentou que os serviços

de viagens por motos e corridas de carro de aplicativo em grupo - modalidades oferecidas em algumas cidades do país - são formas de tornar mais acessíveis os custos dos deslocamentos. Além disso, destacou a importância da complementaridade com o sistema público de transporte.

“Os aplicativos não são substitutos. Então é reforçar esse papel complementar aos modais públicos, os transportes de alta capacidade. A gente acaba vendo nos dados do dia a dia o quanto a gente consegue, especialmente na primeira e última milhas (trechos do deslocamento) ser parceiro, um integrador, e atuar para complementar os outros modais e não os substituir”, disse. (Agência Brasil)

Banco Mundial projeta expansão de 2% para a América Latina e Caribe

O Banco Mundial projetou um crescimento regional 2% para este ano na América Latina e Caribe. Para 2024, a estimativa é de 2,3% e, para 2025, de 2,6%. Segundo a instituição, apesar de a expansão se situar acima do 1,4% divulgado anteriormente, ainda está abaixo de todas as outras regiões do mundo e é insuficiente para promover a necessária criação de empregos, inclusão e redução da pobreza. As informações constam do relatório Conectados: tecnologia digital para a inclusão e o crescimento, divulgado na quarta-feira (4).

Para o Brasil, estima-se crescimento de 2,6% para este ano e de 1,3% para 2024. Já para 2025, a projeção é de expansão de 2,2%. Segundo o relatório, a região realizou reformas macroeconômicas adequadas nas últimas três décadas, que proporcionaram maior resiliência a choques como o da pandemia de covid-19, a incerteza decorrente da guerra na Ucrânia, os baixos preços das matérias-primas e a dívida crescente.

Apesar de a pobreza e o emprego terem retomado, em geral, aos níveis anteriores à crise, e a inflação, excluindo a Argentina e a Venezuela, caiu para uma média regional de 4,4%, abaixo dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o cenário global ainda é adverso. Entre os pontos elencados figuram taxas de juros elevadas, baixo crescimento nas economias avançadas, incertezas sobre o crescimento da economia chinesa e das restrições fiscais enfrentadas pelo governos locais.

O Banco Mundial reduziu a previsão de expansão econômica para a China este ano para 5,1% ante 5,6% projetados em junho. Entre os motivos apontados estão dificuldades internas persistentes, incluindo o enfraquecimento da recuperação vinda da reabertura da economia, o endividamento elevado e a fraqueza no setor imobiliário.

A China representava, em 2000, menos de 2% do comércio total da América Latina e Caribe. Em 2022, o percentual cresceu para 17% .

“A menor procura por parte da China afetará a dinâmica do comércio dos países da ALC, América Latina e Caribe, especialmente aqueles que dependem da exportação de matérias-primas. Além da menor procura por exportações, a menor procura mundial de matérias-primas reduzirá o seu preço, resultando em contas correntes mais frágeis e em pressões de desvalorização. Uma vez que várias das empresas que produzem essas matérias-primas são estatais, as receitas fiscais também diminuirão, representando uma ameaça à sustentabilidade fiscal, que já é vulnerável na América Latina e Caribe”, afirma o banco.

Essa situação - juntamente com o fardo persistente do serviço da dívida, resultante das elevadas taxas de juro - restringe espaço fiscal e limita o

progresso em termos de redução da dívida: “a razão dívida/ PIB (Produto Interno Bruto) diminuiu para 64% do PIB da região, acima dos 67% de há um ano, mas permanece bem acima do nível de 2019 (57%)”, diz o relatório do Banco Mundial.

O fenômeno do El Niño (alterações significativas na distribuição da temperatura da superfície da água do Oceano Pacífico, com grandes alterações no clima) também é apontado como um fator preocupante para a retomada do crescimento na América Latina.

A estimativa é que o El Niño tenha um impacto potencial de redução de 0,8 ponto percentual no crescimento dos países localizados em áreas tropicais e úmidas, o que pode ser ampliado se for levado em consideração o impacto do fenômeno climático em outros países, o que, através de canais comerciais e preços mundiais, afeta outras nações.

“Alguns países da América Latina e Caribe já começam a observar efeitos do El Niño. Uma seca histórica no Panamá forçou a autoridade do canal a reduzir o volume e o número de navios que atravessam o canal, afetando as exportações e o comércio mundial. De acordo com o Banco Central do Peru, atividades primárias - como a agricultura e a pesca, bem como atividades de processamento associadas - foram afetadas pelo El Niño, levando a uma queda no Índice de Produção Pesqueira de 68,93% (anual) em junho. As vésperas do El Niño e de condições mais áridas que o normal, a Colômbia aumentou suas importações de gás natural liquefeito (GNL) para manter as operações hidrelétricas.

A partir de agosto, o país já havia importado 60% a mais do que no ano passado, mais que triplicando os níveis de 2021. No Chile, as fortes chuvas associadas ao El Niño levaram o governo a decretar em agosto estado de catástrofe em quatro regiões”, acrescenta o relatório hoje divulgado.

Para o banco, essa situação pode ser enfrentada com maiores investimentos público e privado na conectividade digital. A iniciativa pode potencializar novos setores e empregos.

A utilização de ferramentas de conectividade pode favorecer a inclusão - por meio de programas governamentais prestados à população - como a telemedicina, educação e projetos de assessoria a pequenos produtores agrícolas em áreas remotas.

“No entanto, a conectividade digital não é uma fórmula mágica para o crescimento e pode exacerbar as desigualdades sociais existentes se não forem feitos investimentos complementares em competências, finanças e sistemas regulatórios para concretizar a promessa das tecnologias digitais para todos”, disse William Maloney, economista-chefe do América Latina e Caribe no Banco Mundial. (Agência Brasil)

Lançamento do Pix Automático é adiado para outubro de 2024

Daqui a um ano, o correntista poderá agendar transferências automáticas via Pix para o pagamento de contas recorrentes. O Fórum Pix, composto por representantes do Banco Central (BC) e das instituições financeiras e de pagamento, definiu a data de lançamento do Pix Automático para outubro de 2024.

Inicialmente prevista para abril do próximo ano, a ferramenta foi adiada em seis meses. No entanto, segundo o BC, a estimativa foi ajustada por causa da complexidade do novo produto, do tempo necessário para desenvolver o papel de cada um dos participantes e da definição das estratégias comerciais das instituições financeiras.

O BC também mencionou “questões organizacionais” internas, mas não informou se o atraso está relacionado à operação padrão dos servidores do órgão.

Segundo o novo cronograma, a publicação do regulamento do Pix Automático e dos manuais para os participantes ocorrerá em dezembro. De janeiro a agosto de 2024, o sistema será desenvolvido. Os testes para homologar a ferramenta ocorrerão em agosto e setembro e o lançamento para o correntista em outubro.

O Pix Automático permitirá pagamentos recorrentes de forma automática, mediante autorização prévia do usuário pagador. Os pagamentos serão debitados automaticamente, sem a necessidade de que o correntista precise autorizar cada transação.

Entre os pagamentos que podem ser feitos com a ferramenta, estão contas de água, luz e telefone; assinatura de serviços como internet, streaming, clubes e portais de notícias; mensalidades como escola, academia, condomínio e plano de

saúde; e serviços financeiros, como parcelamento de seguro, de empréstimo e de consórcio.

Para acelerar o desenvolvimento do Pix Automático, os participantes do Fórum Pix concordaram em usar tecnologias existentes no Pix tradicional e no open finance (compartilhamento de dados entre instituições financeiras).

O processo de criação do mecanismo se dará de forma coletiva, envolvendo não só as instituições financeiras e instituições de pagamento, mas também empresas potenciais usuárias dos variados setores e outros agentes interessados.

Após o lançamento do Pix Automático, em outubro de 2024, o BC pretende lançar uma agenda de estudos para aperfeiçoamentos do sistema de transferências instantâneas. Entre as possíveis novidades, estão a possibilidade de portabilidade das

autorizações para usar a conta de outra instituição e a definição de uma escala de prioridades de pagamentos programados para o mesmo dia.

Realizada na última terça-feira (3), a 20ª reunião plenária do Fórum Pix também discutiu melhorias na segurança do sistema. O Banco Central e as instituições participantes debateram a possibilidade de que os aplicativos das instituições financeiras tenham um canal de denúncias em caso de fraudes no Pix.

Inicialmente, a adoção do mecanismo de denúncias seria recomendada às instituições financeiras, tornando-se uma obrigação posteriormente.

O BC está elaborando uma orientação de experiência dos usuários no canal de denúncias. A proposta será submetida ainda este ano para a consulta dos demais integrantes do Fórum Pix. (Agência Brasil)

MEIs respondiam por 19% das ocupações formais no Brasil em 2021

Cerca de 13,2 milhões de brasileiros eram microempreendedores individuais (MEIs) em 2021. O dado é das Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais 2021, divulgada na quarta-feira (4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a pesquisa, os microempreendedores individuais representam 69,7% das empresas e organizações e 19,2% das ocupações formais no país.

Em relação a 2019, ou seja, o período pré-pandemia de covid-19, o número de MEIs cresceu 37,5% (3,6 milhões). Também cresceu sua participação no

total de empresas e organizações (de 64,7% para os 69,7%) e de ocupações formais (de 15,2% para os 19,2%).

Por outro lado, o número de MEIs com empregados caiu de 146,3 mil em 2019 para 104,9 mil em 2021 (depois de recuar para 97,2 mil em 2020). Do total de MEIs registrados em 2021, 53,1% se filiaram entre 2019 e 2021.

Em 2021, houve a entrada de 2,9 milhões e a saída de 857 mil MEIs, o que resultou num crescimento de 2,1 milhões.

O estudo mostrou ainda que 50,2% dos MEIs atuavam no setor de serviços. As principais atividades dos microempreen-

dedores eram cabeleireiros e tratamento de beleza (9,1% dos MEIs), comércio varejista de artigos de vestuário e acessório (7,1%) e restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (6,3%).

No segmento de cabeleireiros e tratamento de beleza, aliás, os MEIs representavam 90,4% do total do pessoal ocupado.

Dos 13,2 milhões de MEIs, 38% exerciam a atividade na própria moradia, 14,3% tiveram experiência prévia na mesma atividade econômica, 53,3% eram homens, 47,6% eram brancos e 30,3% tinham entre 30 e 39 anos e 86,7% não tinham ensino su-

perior completo. A média de idade é de 40,7 anos.

Desse total, também se observou que 70% deles estiveram no mercado formal de trabalho entre 2009 e 2021 e que mais de um terço (37,7%) tinham mais de três anos de tempo de serviço. Daqueles que foram desligados antes da filiação do MEI, 62,2% foram demitidos pelo empregador ou por justa causa.

Os estados que concentravam mais MEIs eram São Paulo (3,6 milhões), Rio de Janeiro (1,5 milhão), Minas Gerais (1,5 milhão), Paraná (825,8 mil) e Rio Grande do Sul (799,1 mil). (Agência Brasil)

Brinquedos mostram variação de preço de até 251% em lojas virtuais

Levantamento de preços feito pelo Procon do estado do Rio de Janeiro (Procon-RJ) em 13 lojas virtuais, com foco no Dia das Crianças, constatou variação de até 251% nos valores de 100 brinquedos. A pesquisa foi feita de 25 de setembro a 2 de outubro em diferentes sites direcionados às crianças, que vêm sendo fiscalizados pela autarquia. Três deles foram notificados por apresentar irregularidades na informação do preço que, segundo o Procon, podem induzir o consumidor ao erro.

Os sites notificados após a fiscalização terão 48 horas para fa-

zer a adequação. O levantamento foi em lojas que tinham mais de um fornecedor do produto pesquisado considerou na pesquisa o menor valor. Os preços informados podem variar conforme a data.

De acordo com o levantamento, as variações mais significativas nos valores dos brinquedos foram de 251% em um jogo e 235% em um quebra-cabeça. A menor variação foi encontrada em um lançador com acessórios, que variou 12% em lojas diferentes. O presidente do Procon Estadual, Cássio Coelho, disse que o faturamento do e-commerce deverá aumentar 8%

no Dia das Crianças neste ano, em relação ao ano passado, de acordo com a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (Abcomm).

Coelho informou que o objetivo da pesquisa foi ajudar o consumidor e demonstrar que se ele pesquisar o mesmo produto em locais diferentes, pode encontrar valores diversos e economizar de modo significativo. “Também manteremos a vigilância no e-commerce. Durante a semana do Dia das Crianças, faremos fiscalizações em lojas que comercializam produtos para esse público. Queremos garantir a segurança dos consumidores e orientar os

fornecedores quanto às boas práticas de consumo”, disse o presidente do Procon-RJ.

Considerando que o Dia das Crianças movimentará o comércio eletrônico e também lojas físicas, o Procon dá algumas dicas para os consumidores. Uma sugestão importante é pesquisar, porque produtos idênticos podem apresentar grandes variações nas lojas. “Se for fazer compra de forma virtual, fique atento ao prazo de entrega e às especificações do produto”. É preciso também verificar a classificação etária do brinquedo, que deverá ser adequada à idade da criança. (Agência Brasil)

Alckmin anuncia medidas para enfrentar seca na Amazônia

STF dá seis meses para União elaborar plano contra crise carcerária

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (4), por unanimidade, reafirmar o estado de coisas inconstitucional nas prisões do Brasil, dando um prazo de seis meses para que a União elabore um Plano Nacional de Enfrentamento do Problema Carcerário.

O prazo começa a contar a partir da publicação do resultado do julgamento, o que deve ocorrer após a redação do acórdão (decisão colegiada). Pela decisão, os estados e o Distrito Federal também terão seis meses para elaborar seus próprios planos, porém tal prazo só começa a contar após a homologação, pelo Supremo, do plano nacional.

Tais planos deverão ter cronograma de execução de até três anos, contados a partir da homologação dos documentos pelo Supremo.

Nesta quarta-feira, os ministros julgaram o mérito final de diversos pedidos feitos pelo PSOL, partido que ingressou, em 2015, com uma ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) alegando o estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário.

Na peça inicial, a legenda descreve diversos casos de violações de direitos humanos e torturas, incluindo decapitações e até canibalismo ocorridos em presídios de Rondônia, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco nos últimos anos, por exemplo.

A sigla comparou a situação das prisões brasileiras a verdadeiro “inferno dantesco”, em que há violação de direitos como acesso à água potável e à alimentação adequada, bem como violências físicas e psicológicas de todos os tipos.

Ainda em 2015, o Supremo reconheceu pela primeira vez o estado de coisas inconstitucional. Na ocasião, ao analisar liminares (decisões provisórias) pedidas pelo PSOL, os ministros haviam imposto medidas como a realização de audiências de custódia em 24 horas após prisões em flagrante e a liberação de recurso contingenciados do Fundo Penitenciário Nacional (Fupen).

Na quarta, os ministros mantiveram tais medidas e acrescentaram outras, como a obrigatoriedade de elaboração e execução dos planos de enfrentamento ao estado de coisas inconstitucional no sistema carcerário.

Proveniente da corte constitucional da Colômbia, o estado de coisas inconstitucional é uma doutrina que foi incorporada ao direito internacional, sendo agora aplicada pelo Supremo no Brasil. Ela prevê a ocorrência de violações de direitos humanos fundamentais que sejam sistemáticas, contí-

nuas e que atingem um grande número de pessoas.

O julgamento do mérito do caso, visando a uma resposta definitiva, iniciou-se ainda em 2021, quando o relator, ministro Marco Aurélio Mello, aposentado desde então, foi o primeiro a votar pela elaboração dos planos nacional, estaduais e distrital de enfrentamento ao problema.

A análise foi então interrompida por um pedido de vista (mais tempo de análise) de Luís Roberto Barroso. Agora, em sua primeira sessão plenária como presidente do Supremo, o ministro decidiu pautar o tema, devolvendo a vista e destravando a ação.

Em linhas gerais, Barroso seguiu o entendimento do relator, mas propondo prazos e critérios próprios para elaboração do plano. Além disso, ele votou pela inclusão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que cuida da administração e correição do sistema judiciário, como parte obrigatória na elaboração do plano de enfrentamento ao problema carcerário.

Votaram seguindo Marco Aurélio e Barroso os ministros Cristiano Zanin, Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luiz Fux, Dias Toffoli e Cármen Lúcia. Nesta quarta, o último a votar foi o decano, ministro Gilmar Mendes, que acompanhou os demais.

Mendes citou a “falência e o colapso completo do sistema carcerário brasileiro”, diante de “relatos frequentes de ambiente insalubre, de higiene e alimentação inadequadas, quando não estragada, e todas as espécies de violências físicas, psicológicas e sexuais que ocorrem nos presídios brasileiros”.

Pela decisão final, ficou estabelecido que os planos deverão abordar o problema das prisões por três eixos principais: a redução da superlotação; a melhoria no controle da entrada e saída de presos; a melhoria na qualidade das vagas já existentes.

O Supremo também determinou que o CNJ participe da elaboração dos planos e que também conduza estudo para a ampliação das varas de execução penal no país. Elas são responsáveis por monitorar o cumprimento de pena pelos presos.

Ao proclamar o resultado do julgamento, Barroso disse que a decisão do Supremo visa “melhorar minimamente as condições degradantes do sistema prisional brasileiro, em respeito às pessoas que estão lá, privadas de liberdade mas não de dignidade, e no interesse da sociedade, a partir da premissa de que o sistema penitenciário deficiente realimenta a criminalidade”. (Agência Brasil)

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, visitou na quarta-feira (4) a região afetada pela forte estiagem que castiga a Amazônia. Acompanhado por uma comitiva de ministros, Alckmin desembarcou em Manaus na manhã da quarta-feira e participou de reuniões com autoridades, empresários e representantes de comunidades locais.

“Não faltarão recursos do governo federal. Quem tiver necessidade vai encaminhando pra gente poder, dentro da lei, liberar os recursos o mais rápido possível e atender a população”, disse o vice-presidente a jornalistas em entrevista coletiva. Uma das visitas feitas por Alckmin foi à comunidade de Catalão, na região do município de Iranduba, região metropolitana de Manaus.

Ao todo, cerca de 500 mil pessoas no Amazonas, no Acre

e em Rondônia foram afetadas pela seca extrema. Só no Amazonas, quase 60 municípios estão em situação de emergência decretada pelo governo estadual. A viagem ocorreu a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se recupera de uma cirurgia em Brasília.

Ações emergenciais

Entre as medidas anunciadas pelo vice-presidente em nome do governo federal, está a realização de duas obras de dragagem, uma no Rio Solimões, entre os municípios de Benjamin Constant e Tabatinga, e outra no Rio Madeira, também no Amazonas. O objetivo é recuperar a capacidade de navegação de ambos os rios, que são artérias essenciais no transporte de pessoas e escoamento de mercadorias.

A primeira obra, no Solimões, com 8 quilômetros de extensão, terá duração de 30 dias

na passada.

As declarações de Barroso ocorrem após a Comissão de Constituição de Justiça do Senado (CCJ) aprovar, nesta quarta-feira, a proposta de emenda à constituição (PEC) que limita as decisões monocráticas (individuais) e pedidos de vista (mais tempo para análise do processo) de ministros do STF. Outras iniciativas em discussão no Congresso preveem ainda o estabelecimento de mandato para os ministros.

Barroso negou mal-estar com o Congresso, e disse compreender e receber com “naturalidade” os debates em curso no Legislativo, mas acrescentou que “compreender não é concor-

CCJ do Senado aprova PEC que limita decisões monocráticas do STF

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (4) Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para limitar as decisões monocráticas e os pedidos de vista de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC foi aprovada por unanimidade na CCJ sem pedidos para discutir a matéria. Agora, a PEC será analisada pelo Plenário do Senado.

A PEC 8/2021 proíbe decisões monocráticas que suspendam a eficácia de lei ou ato normativo com efeito geral, ou que suspendam atos dos presidentes da República, do Senado e da Câmara. A PEC também proíbe decisões monocráticas com poder de suspender a tramitação de propostas legislativas, que afetem políticas públicas ou criem despesas para qualquer Poder.

Além disso, restringe os pedidos de vista para serem de caráter coletivo e “limitados a seis meses e, em caso de excepcional renovação, a três meses, sob pena de inclusão automática do processo em pauta, com preferência sobre os demais”.

As decisões monocráticas são aquelas tomadas por apenas um magistrado. Pela sua natureza, trata-se de uma decisão provisória, uma vez que precisa ser confirmada pelo conjunto dos ministros da Corte. Já o pedido de vista ocorre quando um ministro pede para analisar algum tema em julgamento, suspendendo a análise do processo.

Segundo o texto aprovado, caso o STF esteja em recesso, será permitida decisão monocrática em casos de grave urgência ou risco de dano irreparável, mas o Supremo terá até 30 dias para julgar o tema após a retomada dos trabalhos.

Sobre decisões cautelares para controle abstrato de constitucionalidade - que são decisões tomadas por precaução para evitar efeitos de atos que possam ser considerados inconstitucionais, a proposta estabelece prazo máximo de 6 meses para julgamento da ação.

e custo de R\$ 38 milhões. Nesse caso, a ordem de serviço já foi assinada, e os trabalhos começam nos próximos dias. A segunda obra, de 12 quilômetros, ainda será contratada pelo Ministério dos Portos e Aeroportos e terá duração de 45 a 60 dias, a um custo total de R\$ 100 milhões.

Nos municípios com situação de emergência decretada, o governo federal vai antecipar para o próximo dia 19 o pagamento do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Agricultores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que tiveram perda de produção terão direito ao pagamento do seguro integral.

O governo também estuda liberar o seguro-defeso aos pescadores pelo período em que foram prejudicados. O Ministério do Meio Ambiente e Mudanças

do Clima anunciou o envio de 191 brigadistas para reforçar a equipe local que trabalha no controle de incêndios.

O Ministério de Minas e Energia informou que uma ação preventiva realizada meses atrás permitiu a estocagem de óleo diesel na região, o que garantirá, pelos próximos 30 dias, o sistema de abastecimento de 169 setores isolados no Amazonas.

Na parte de saúde, o governo federal enviará kits de medicamentos para os municípios afetados. Cada kit enviado pelo Ministério da Saúde pode atender até 15 mil pessoas. O levantamento sobre a demanda será feito pelas próprias prefeituras. Também foram enviados para Manaus 240 profissionais do programa Mais Médicos, e 540 vão sendo distribuídos para o interior do Amazonas e outras localidades da Região Norte. (Agência Brasil)

cação recente estabeleceu prazo de 90 dias para a devolução automática de vistas, prazo mais rígido que os 6 meses em discussão na proposta aprovada pela CCJ.

Em relação a mandatos, Barroso disse ver vantagem e desvantagens na sua adoção. Para o ministro, o problema maior estaria em se mudar a regra, não deixando que a opção do constituinte de 1988 se consolide.

“Em síntese, pessoalmente, acho que o Supremo, talvez, seja uma das instituições que melhor serviu ao Brasil na preservação da democracia. Não está em hora de ser mexido”, afirmou o ministro. (Agência Brasil)

celeridade da prestação jurisdicional com a garantia da colegialidade dos tribunais, a segurança jurídica e a própria separação de poderes”, argumentou.

Ainda segundo Amim, estudos confirmam que a decisão monocrática deixou de ser exceção para se tornar presente na quase totalidade dos julgamentos do STF. “Em artigo publicado em 2020, Carolina Berri e Hellen Fernandes advertem: ‘entre 2007 e 2016 a duração de uma decisão monocrática (liminar) era de 1.278 dias, isto é, a decisão perdurava por aproximadamente três anos e meio até a apreciação pelo plenário’”, escreveu o parlamentar.

O relator Esperidião ainda citou os juristas Diego Werneck e Leandro Molhano que “alertam que os excessivos poderes monocráticos e de ilimitados pedidos de vista de Ministros do STF frequentemente convertem esses magistrados em atores capazes de influenciar a arena política”. (Agência Brasil)

PGR pede que posição contra marco temporal se estenda a quilombolas

A procuradora-geral da República, Elizeta Ramos, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que considere os desdobramentos do Recurso Extraordinário que trata da demarcação de territórios quilombolas. Em manifestação à Corte, ela repetiu que a posição do Ministério Público Federal (MPF) contra a tese de marco temporal também se aplica ao caso de remanescentes de quilombos.

Elizeta Ramos pediu, no documento encaminhado ao tribunal, que o relator do processo, o ministro Edson Fachin, debata a questão em plenário virtual e se oponha ao marco temporal.

O Recurso Extraordinário diz respeito a uma ação que busca anular um processo demarcatório, no qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) indicou que um imóvel rural se encontrava em uma área quilombola.

Quando julgou o processo, a Justiça Federal do Mato Grosso do Sul tomou como parâmetro o marco temporal, que restrin-

ge o direito à terra, estabelecendo que ele só existe quando as comunidades já tinham posse sobre o território em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

No dia 21 de setembro, o STF julgou inconstitucional a tese jurídica do marco temporal. A votação que a derrubou terminou com um placar de 9 votos a 2.

O Senado Federal, contudo, ignorou tanto a decisão da Corte como os apelos do movimento indígena e aprovou, no último dia 27, em plenário, o Projeto de Lei (PL) nº 2.903/2023, que aplicaria o marco temporal no caso de terras indígenas.

O placar da votação ficou em 43 votos favoráveis e 21 contrários à tese. O PL foi proposto pelo ex-deputado Homero Pereira (1955-2013) e relatado pelo senador Marcos Rogério (PL-RO) e, conforme determinam as regras de tramitação no Legislativo, para entrar em vigor, depende de sanção da Presidência da República. (Agência Brasil)

Paraná e Hungria firmam parceria nas áreas de inovação e tecnologia

O Governo do Paraná e o Consulado-Geral da Hungria em São Paulo assinaram na quarta-feira (4) um memorando de entendimentos para fomentar parcerias nas áreas de inovação e tecnologia entre o Estado e o país europeu. O objetivo é aproximar instituições governamentais e empresas dos dois países para avaliar potenciais cooperações. O acordo envolve a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar).

A comitiva formada por representantes consulares e da iniciativa privada da Hungria foi recebida pelo vice-governador Darciano Pianá no Palácio Iguaçu. “O Paraná é uma referência nacional na pesquisa, inovação e tecnologia. Estamos sempre abertos a parcerias que ajudem a estimular a economia local, com mais

competitividade e oportunidades às empresas e instituições paranaenses”, afirmou Pianá.

A intenção com o memorando é estimular a troca de experiências e tecnologias entre instituições públicas e privadas, em especial nas áreas de agronegócio e de produtos químicos, por exemplo.

Uma das parcerias estudadas envolve o Tecpar e uma empresa húngara de fertilizantes orgânicos. “Já temos uma oportunidade de iniciar esta aproximação do Paraná com a Hungria trazendo tecnologia que promove um processo de esterilização ambientalmente amigável, por exemplo. O primeiro objetivo do Tecpar é disponibilizar este produto de forma abrangente no Paraná, especialmente para pequenas propriedades que participam do programa Paraná Mais Orgânico”, afirmou o diretor-presidente do

instituto, Celso Kloss

O programa Paraná Mais Orgânico auxilia os produtores fornecendo o conhecimento técnico necessário para converterem as lavouras tradicionais para o modelo que dispensa o uso de agrotóxicos, sementes transgênicas e outras substâncias tóxicas ou sintéticas, conforme determina a legislação brasileira.

Segundo o secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Bona, a parceria atende a uma atividade em expansão no Estado, com possibilidade de desenvolvimento de novas tecnologias. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Paraná é o estado brasileiro com maior número de produtores orgânicos do País, com cerca de 3,7 mil propriedades certificadas.

“Este é um exemplo de parceria que buscamos. Não apenas um produto que se alinhe com o que nós priorizamos aqui no Paraná, mas parcerias que aproximem o setor produtivo, academia e instituições, com transferência de tecnologia, geração de emprego e renda”, afirmou Bona.

Durante o encontro, a consuleira da Hungria em São Paulo, Zsuzsanna László, afirmou que a parceria entre o país europeu e o Paraná é promissora pelas afinidades existentes e pelos índices de desenvolvimento do Estado. “O Paraná é a quarta economia do Brasil, um dos destaques nacionais em desenvolvimento, está entre os mais competitivos do país e tem vocação para ser o supermercado do mundo. Tudo isso graças à tecnologia. A Hungria tem interesse em colaborar com o Estado, trazendo inovações e novas soluções”, afirmou. (AENPR)